

Senado diverge sobre acordo com os bancos

O Senado poderá recusar o acordo entre o Brasil e os bancos privados, caso não fique satisfeito com as formas de recebimento da dívida de US\$ 44 bilhões escolhidas pelos bancos, entre as opções previstas na minuta de renegociação da dívida fechada em julho. Esta prerrogativa do Senado consta do parecer sobre a minuta que o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou ontem à Comissão de Assuntos Econômicos daquela Casa obtendo a concordância declarada ou tácita dos presentes.

O parecer teve sua votação adiada para a quarta-feira próxima porque os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Néelson Wedekin (PDT-SC) e Moisés Abrão (PDC-TO) apresentaram um pedido conjunto de vistas. Eles querem examinar melhor a capacidade de pagamento do País. Suplicy, especificamente, considera que a minuta de renegociação só deveria ser votada depois do **impeachment** do presidente afastado Fernando Collor de Mello, quando então, o presidente efetivado Itamar Franco teria condições de elaborar sua própria proposta de acordo.

A minuta em discussão no Senado foi toda negociada na gestão

Collor. O senador Suplicy defende ainda a idéia de que uma nova proposta deveria levar em conta a projeção do 'caixa' do País, a partir do ajuste fiscal e a definição dos planos do presidente eleito dos Estados Unidos, Bill Clinton, para a dívida externa da América Latina. Clinton, na opinião de Suplicy, manterá a tradição do Partido Democrata, de conceder mais facilidades aos devedores.

As considerações de Suplicy foram contestadas pelos senadores Ronan Tito (PMDB-MG) e Mário Covas (PSDB-SP), que são a favor do acordo. Tito ressaltou que o Senado terá a última palavra sobre a implementação do refinanciamento. Caso as opções de recebimento, materializadas em bônus e contratos, sobrecarregarem o País com o pagamento de principal ou de juros, o Senado não deixará o acordo ir em frente.

Covas acha que este é "o acordo possível" neste momento e que o País não deve perder a oportunidade de normalizar suas relações com a comunidade financeira internacional. O acordo poderá levar a uma redução da dívida entre 22% e 28%, segundo uma projeção do Banco Central.